

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.181 - PR (2019/0243246-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : CONSORCIO EMPREENDEDOR CATUAI SHOPPING CENTER LONDRINA  
**ADVOGADOS** : BIANCA FERRARI FANTINATTI - PR066455  
CASILLO ADVOGADOS - SOCIEDADE DE ADVOGADOS - PR000791  
**AGRAVADO** : TEX BARREDS MODA LTDA  
**AGRAVADO** : JOSE VALBERTO DE SIQUEIRA MANGABEIRA  
**AGRAVADO** : HELENA GARCIA PAGE MANGABEIRA  
**ADVOGADO** : KELLY CAROLINE DE ALMEIDA LIMA - SP324295

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de CONSORCIO EMPREENDEDOR CATUAI SHOPPING CENTER LONDRINA contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

*"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO – LOCAÇÃO. INSURGÊNCIA QUANTO A DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. " (e-STJ fl. 319/325)*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl. 360/363)

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação dos arts. 85, § 10, e 86, parágrafo único, e art. 1.022 do Código de Processo Civil e 421 do Código Civil, sustentando, em síntese, que: 1) houve omissão no acórdão sobre a existência de cláusulas contratuais prevendo que qualquer das partes poderia levar o acordo celebrado para homologação em juízo e que cabe a cada parte arcar com os honorários de seus advogados, bem como sobre o fato de que os embargos também trataram dos débitos que não foram transacionados e continuam a ser executados e 2) houve a inadequada distribuição dos ônus sucumbenciais, consideradas as questões sobre as quais alegou ter havido omissão no acórdão.

Contrarrazões ao recurso especial nas fls. 404/412 (e-STJ)

É o relatório. Decido.

Da análise dos autos, verifica-se que o colendo Tribunal de origem, manifestou-se expressamente sobre a alegada existência de cláusula contratual prevendo que caberia a cada parte arcar com os honorários de seus advogados, senão vejamos:

*"Quanto à alegação de cláusula do acordo, de que cada parte arcaria com os honorários de seu advogado, não foi formulada em sede de apelação, tratando-se de inovação recursal. Ademais, apenas para argumentar, obviamente, não teria como abranger os embargos à execução, pois o referido acordo lhe era anterior." (e-STJ fl. 363)*

Como visto, o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente no ponto, decidindo a controvérsia, não sendo possível conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte.

Contudo, não obstante provocado, deixou de examinar questão essencial ao deslinde da controvérsia, a respeito da alegação de que qualquer das partes poderia levar o acordo celebrado para homologação em juízo e de que os embargos também trataram dos débitos que não foram transacionados e continuam a ser executados, o que afetaria a distribuição da verba sucumbencial.

Com efeito, a eg. Corte de origem quedou-se inerte no exame de questão relevante para o deslinde da controvérsia e que, na via estreita do recurso especial, não poderia ser analisada de plano, mormente em razão da impossibilidade de incursão no acervo fático-probatório dos autos e de interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

Ademais, o conhecimento do recurso especial exige a manifestação da instância ordinária acerca da questão de direito suscitada. Recusando-se a Corte de origem a se manifestar sobre o tema federal, fica obstaculizado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencida invocar, como no caso, a infringência ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, a fim de anular o v. acórdão recorrido para que seja suprida a omissão existente. Confirmam-se, por oportuno, os seguintes precedentes:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECLAMO INTERPOSTO PELA PARTE ADVERSA QUANTO À NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.*

**INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE AUTORA.**

*1. Embora o julgador não esteja obrigado a responder um a um dos argumentos sustentados pela parte postulante, ao fundamentar sua decisão, não deve se omitir acerca de pontos essenciais ao bom andamento do processo, sob pena de violar o art. 1022 do CPC/15.*

*1.1. Na hipótese, tendo o Tribunal a quo deixado de analisar questão imprescindível ao deslinde da controvérsia, adequada a determinação de retorno dos autos para o saneamento da omissão.*

*2. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt no AREsp 1111044/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 03/09/2018)*

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1022 DO CPC DE 2015. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

*1. O conhecimento do recurso especial exige a manifestação da Corte de Justiça acerca da tese de direito arguida. A recusa em pronunciar um juízo de valor a respeito da questão federal impede o acesso da parte interessada à instância especial. Assim, "caracterizado o vício da omissão, impõe-se o reconhecimento de ofensa ao art. 535 do CPC, anulando-se o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração e determinando-se o retorno dos autos à origem para que seja sanada a eiva apontada" (REsp n. 1.187.583/RS, Relator o Ministro Castro Meira, julgado em 6/5/2010, DJe 17/5/2010).*

*2. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 1238907/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 27/06/2018)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, anulando-se o v. acórdão proferido em sede de embargos declaratórios e determinando-se, por conseguinte, que outro seja proferido e, assim, sanada a omissão aqui verificada.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator